

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

**A DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ NA
APLICAÇÃO DA PENA**

Carlos Eduardo Lima Passos da Silva

Carlos Eduardo Lima Passos da Silva

A DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ NA APLICAÇÃO DA PENA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco – Convênio UFPE/UESC – para obtenção do título de Mestre em Direito Público.

Orientador: *Prof. Dr. Cláudio Brandão*

DEDICATÓRIA

Sem a vossa presença e estímulo constante e obsequioso tudo poderia ser entregue ao impiedoso olvido. Entretanto, doce e fidalga Maria Jurema Alves Haun Passos, dileta esposa, nobre filha do altaneiro Líbano, com a força ínsita do cedro patricio e tresloucada de paixão janízara conseguíeis que vencesse todas as dificuldades apostas, sob o influxo abençoado do Senhor dos Mundos.

Por isso mesmo, esta dissertação é a vós dedicada com quase infinito amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por Sua bondade inefável, permitindo-me levar a bom termo esta dissertação.

Aos meus saudosos pais Nestor Carlos Passos Mendes da Silva e Yvette Barretto Lima Passos da Silva, pelos exemplos admiráveis dispendidos ao longo de suas vidas neste planeta de expiação.

Ao Professor Doutor Cláudio Brandão, de cuja segura orientação sinto-me devedor perene.

À Professora Maria Nilva de Carvalho Moraes, escoreita vernaculista, lídima responsável pela fluidez e precisão deste trabalho jurídico.

À Professora Marinalda Mendes da Silva, para quem os segredos da informática e das normas técnicas sempre são desvendados.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I – A DISCRICIONARIEDADE NA ATIVIDADE JUDICIAL	12
1.1. Conceito de Discricionariedade	15
1.2. A Discricionariedade e a Interpretação	20
1.3. A Motivação no Ato Discricionário	23
1.4. Os Desvios da Discricionariedade	28
CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS NA APLICAÇÃO DA PENA	33
2.1. Princípio da Legalidade	37
2.2. A Vinculação da Sentença Penal ao Princípio do Livre Convencimento	42
2.3. A Motivação como Garantia Política	44
2.4. Motivação de Direito e Motivação de Fato	47
2.5. A Motivação Sobre a Aplicação da Pena	49
CAPÍTULO III – A APLICAÇÃO E FIXAÇÃO DA PENA	51
3.1. À Culpabilidade	57
3.2. Aos Antecedentes	62
3.3. A Conduta Social	64
3.4. A Personalidade do Acusado	65
3.5. Aos Motivos do Crime	68
3.6. Às Circunstâncias e Conseqüências do Crime	70
3.7. Ao Comportamento da Vítima	72
3.8. A Dosimetria Penal	74
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	85

A DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ NA APLICAÇÃO DA PENA

RESUMO

Autor: Carlos Eduardo Lima Passos da Silva

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Brandão.

O autor enfoca a aplicação da pena sob a ótica da discricionariedade. Para tanto, incursiona sobre suas espécies, distinguindo as peculiaridades e nuances nelas existentes. Em seguida, examina os princípios gerais na aplicação da pena e as balizas do artigo 59 do Código Penal Brasileiro, passando ao papel da discricionariedade como meio de realização dos valores normados pelo Estado. Ao final, dessume com base nos fatos as suas considerações finais sobre o tema disserto. Todo o expedito é antecedido por uma introdução pertinente.